| ALDEIA • ROSA MARIA VIEIRA

RACISMO À MODA DA CASA

N uma pesquisa sobre racismo no Brasil divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo em 1995, 89% dos participantes afirmaram não ter preconceito racial, enquanto apenas 10% admitiram tê-lo. Entretanto, 87% dos entrevistados demonstraram preconceito ao pronunciarem ou concordarem com frases racistas. Repetida em 2011, a pesquisa apresentou as mesmas conclusões.

Que racismo é esse, tão peculiar, que nega publicamente a sua existência, mas se manifesta na dimensão privada?

A resposta, que não é simples, pode ser procurada na forma conservadora como o Brasil colocou fim à escravidão e tratou seus libertos, sem ressarcimento e incorporação econômico-social, sem integração ou cidadania. Porém, não somente aí. A combinação entre liberalismo político elitista e racismo, além da ressignificação da questão racial e da apropriação simbólica da mestiçagem pela identidade nacional moderna, certamente exerceram papel decisivo, como bem demonstrou a antropóloga e professora da Universidade de São Paulo Lília Moritz Schwarcz.

Não foi por acaso que teorias racistas foram largamente difundidas no Brasil às vésperas da abolição e da República, quando a transformação de “peças de serviço” em “cidadãos brasileiros” entrou na ordem do dia. Nessa época, as concepções sobre a desigualdade biológica das raças, a inferioridade do negro e a condenação da mestiçagem como fator de degeneração andaram em par com projetos de “branqueamento” do país, ancorados na imigração de europeus que, como trabalhadores, dirigiam-se aos cafezais paulistas.

O racismo científico prestou-se, então, à naturalização das diferenças sociais. A “raça”, definida a partir do fenótipo, passou a classificar e delimitar a

discriminação, estabelecendo hierarquias inamovíveis. Uma vez demonstrada “cientificamente” a desigualdade racial, estavam justificadas a desigualdade social e a inexistência de cidadania para os recém-libertos. O Brasil republicano não precisaria nem de racismo oficial, nem de *apartheid*, para discriminar e segregar negros e seus descendentes.

No entanto, para que esse “racismo sem cara” pudesse permitir aos brasileiros se sentirem, nos termos de Lília, “uma ilha de democracia racial cercada por racistas por todos os lados”, muita água teria, ainda, que correr sob a ponte das relações raciais no país.

Foi nos anos 1930 que a modernidade, anunciada pela indústria, passou a exigir nova identidade nacional. Ela será construída por intelectuais que, pressurosamente, inverteram os sinais negativos da mestiçagem e apresentaram o Brasil como uma sociedade multirracial integrada. Nela, a exclusão era compensada pela assimilação cultural e a harmonia social estabelecida pela convivência entre as raças, pautada pela intimidade sexual.

Nessa construção, *Casa Grande & Senzala* (1933) ocupou lugar central:

Gilberto Freyre transformou a miscigenação no símbolo da civilização tropical e em redutor das distâncias e dos conflitos sociais. Nascia aí o mito da convivência harmoniosa das raças, que transformaria o Brasil em exemplo de tolerância racial.

Esse mito terá que esperar os anos 1950 para ser desconstruído por Florestan Fernandes. Em seu lugar, o sociólogo paulista colocará o racismo “invisível”, “dis-simulado”, “assistemático”, o “preconceito de ter preconceito”. Negando a tolerância racial, mostrará que a discriminação, nunca oficializada no âmbito público, permanecerá na dimensão privada.

(Este texto beneficiou-se, entre outras, das leituras dos trabalhos de Lília Moritz Schwarcz e Antonio S. A. Guimarães).

QUE RACISMO É ESSE,
TÃO PECULIAR, QUE
NEGA PUBLICAMENTE
SUA EXISTÊNCIA, MAS
QUE SE MANIFESTA NA
DIMENSÃO PRIVADA?